

Volume 10
DEZEMBRO 2019

PENSAMENTOS II

Se..., Não...

REVISTA PORTUGUESA DE PSICANÁLISE
E PSICOTERAPIA PSICANALÍTICA



Se..., Não...

Revista Portuguesa de
Psicanálise e Psicoterapia
Psicanalítica

Revista Portuguesa de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica

Editor / Publisher

Associação Portuguesa de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica

Director / Director

Carlos Amaral Dias, PhD

(Professor Catedrático; Psicanalista e Presidente da Comissão de Ensino da AP)

Editor Chefe / Editor in Chief

Ana Almeida

(Psicanalista; Membro Titular da AP)

Co-edição / Co-editors

Alexandra Medeiros, MSc

(Psicóloga Clínica e Psicoterapeuta; Associada da AP)

Catarina Rodrigues, MSc

(Psicóloga Clínica e Psicoterapeuta; Associada da AP)

Isabel Botelho, MSc

(Psicóloga Clínica e Psicoterapeuta; Associada da AP)

Patricia Câmara, MSc

(Psicóloga Clínica e Psicoterapeuta; Associada da AP)

Conselho Editorial / Editorial Board

Ana Batarda, MsC

(Psicoterapeuta e Terapeuta Familiar; Fundador e Associado da AP);

Ana Vasconcelos, MSc

(Pedopsiquiatra; Membro da Direção e da Comissão de Ensino da AP);

Ângela Lacerda Nobre, PhD

(Doutorada em Gestão; Professora Adjunta do Instituto Politécnico de Setúbal, Fundadora e Associada da AP);

António Alvim, MSc

(Psicoterapeuta Psicanalítico; Fundador e Associado da AP);

António Coimbra de Matos, MSc

(Psicanalista; Psiquiatra; Presidente da Direcção da AP);

António Mendes Pedro, PhD

(Visiting Professor da Universidade Paris XIII e Professor Associado da Universidade Autónoma; Psicoterapeuta, Psicanalista e Psicossomático; Fundador e Associado da AP);

Camilo Inácio MSc

(Psicólogo Clínico; Associado da AP);

Carlos Alberto Afonso, PhD

(Professor Associado do ISPA; MFAPA e MFTTP da AP)

Carlos Campos Morais, MSc

(MFAPA da AP, Investigador-Coordenador apos. do LNEC, Membro Emérito da Academia de Engenharia;

Clara Pracana, PhD

(Psicanalista, Professora Convidada do Instituto Superior Miguel Torga, do ISMAT e do ISPA; Consultora; Fundador e Associado da AP);

Conceição Almeida, MSc

(Psicanalista; Membro da Comissão de Ensino da AP);

Cristina Nunes, MSc

(Psicanalista; Membro da Comissão de Ensino e da Direcção da AP);

Elisabete Fradique, MSc

(Psiquiatra e Psicoterapeuta; Fundadora Associada da AP);

Filipe Arantes Gonçalves, MSc

(Psiquiatra, Psicoterapeuta; Fundador e Associado da AP);

Henrique Garcia Pereira, PhD

(Professor Catedrático do IS; Escritor);

Isabel Plantier MSc

(Psicoterapeuta Psicanalítica; Associada da AP);

João Ferreira, MSc

(Psicólogo Clínico; Associado da AP);

João Justo, PhD

(Professor Auxiliar da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa);

João Pedro Dias MSc

(Psicólogo Clínico; Fundador e Associado da AP);

Jorge Caiado Gomes, PhD

(Professor da Universidade Atlântica; Fundador Associado da AP);

José Carlos Coelho Rosa, MSc

(Psicanalista; Vice-Presidente da Direcção e Membro da Comissão de Ensino da AP);

José de Matos Pinto, PhD

(Psicólogo Clínico; Professor Coordenador da ESE de Coimbra; Fundador e Associado da AP);

José Gouveia Paz, PhD

(Professor Auxiliar da UAL; Psicoterapeuta);

José Henrique Dias, PhD

(Professor Jubilado da UNL; Director da Escola Superior de Altos Estudos do ISMT);

Manuela Gonçalves dos Santos, MSc

(Grupanalista; Fundador e Associado da AP)

Maria do Rosário Belo, MSc

(Psicanalista; Membro da Comissão de Ensino da AP);

Maria do Rosário Dias, PhD

(Professora Associada no Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz;
FundadoraAssociada da AP);

Mário Horta, PhD

(Psicanalista; Membro da Direcção da AP);

Michael Knock, PhD

(Professor Associado do ISMT; Teólogo);

Conselho Editorial Internacional/ Internacional Editorial Board

Judith Parker, PhD

(Psychoanalyst in private practice) – Beverly Hills – California);

Lynn Somerstein, PhD

(Director of the Institute of Expressive Analysis; Book Review Editor Psychoanalytic Review;
Psychoanalyst in Practice – New York);

Nancy Burke, PhD

(Associate Professor of Clinical Psychiatry and Behavioural Science in Northwestern
University Feinberg School of Medicine – Chicago);

Rochelle Suri, PhD

(Licenced Marriage & Family Therapy; Associate Director of the International Journal of
Transpersonal Psychology – San Francisco – California);

Sandra Segan, PhD

(Member of the WMAAPP (Western Massachusetts and Albany Association for
Psychoanalytic Psychology; Psychoanalyst in Practice-New York)

«Se..., Não... Revista Portuguesa de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica» publica artigos originais do campo disciplinar, científico e praxiológico (clínica e aplicação) da Psicanálise e da Psicoterapia Psicanalítica. Contudo, também são aceites, de forma complementar, textos que expressem a rica diversidade de interfaces entre estes domínios e as diversas facetas do Desenvolvimento Humano

© 2017, AP – Associação Portuguesa de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica

TÍTULO

Se..., Não... Revista Portuguesa de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica

CAPA

Maria Soromenho

PAGINAÇÃO/IMPRESSÃO E ACABAMENTOS

Manuel Oliveira

DEPÓSITO LEGAL - 314677/10

ISSN - 1647-7367

DATA DE EDIÇÃO DIGITAL

1.^a edição, Lisboa, Dezembro de 2019

Índice

Editorial Carlos Amaral Dias	11
In memoriam	15
A dinâmica da obsessão e seu efeito sobre o narcisismo Ana Almeida	17
Sete tentativas para derrubar o muro esquizofrénico: A propósito do autismo de Bleuber Filipe Arantes-Gonçalves	41
Experiência emocional e processo transformacional em psicoterapia analítica José Manuel de Matos Pinto	55
O cérebro social: Compreendendo o cérebro como um órgão social Ana Vasconcelos	73
Fé, verdade e esperança em psicoterapia: O psicoterapeuta enquanto modelo João Paulo Ribeiro	95
Um olhar sobre a obra “Attachment across clinical and cultural perspectives, a relational psychoanalytic approach” Cristina Nunes	113
Instruções aos Autores	141

Experiência emocional e processo transformacional em psicoterapia analítica

José Manuel de Matos Pinto

Psicólogo clínico e psicanalista aderente

Membro fundador da APPPP

Professor coordenador na ESEnC.

jpinto@esenfc.pt

RESUMO

A experiência emocional é a base do nosso funcionamento humano, permitindo a sua transformação ensaiar e desenvolver sentidos e significações para as sensações e os sentimentos primordiais que existem em dispersão no indivíduo. Pretendemos analisar os conceitos de experiência emocional e algumas modalidades de transformação, apresentando vinhetas clínicas que ajudam a ilustrar como os conceitos se articulam e o destino dos mesmos nos processos psicoterapêuticos. A transformação introduz um processo de expansão da mente que ajuda a alcançar um maior autoconhecimento do paciente.

Palavras-chave: Experiência emocional; Transformações; Psicoterapia analítica.

EXPERIÊNCIA EMOCIONAL

A experiência emocional é a base do nosso funcionamento humano, permitindo a sua transformação (Bion, 1991) ensaiar e desenvolver sentidos e significações para as sensações e os sentimentos primordiais que existam dispersamente no sujeito.

Etimologicamente, «experiência deriva do latim *experientia*, derivado de *experiri* “tentar”, “ensaiar”, “experimental”. É uma forma de conhecimento e uma sabedoria. Emoção provém do latim *emotionem*, “movimento, comoção, ato de mover”». Assim, a experiência emocional remete-nos para o movimento e para a tentativa e o ensaio na busca da comoção, do que nos acende a esperança e o sentido, do encontro transformativo que nos faz verdadeiramente humanos.

A experiência emocional é, no entender de Bion (1966b), um elemento essencial no desenvolvimento humano e através dela pode-se dar um verdadeiro desenvolvimento da personalidade. Se «a falha no comer, no beber e no respirar adequadamente apresenta consequências desastrosas para a vida, o malogro no uso da experiência emocional ocasiona uma catástrofe semelhante no desenvolvimento da personalidade» (Bion, 1966b, p. 59)

No entanto, Bion (1966b, p. 59) considera que a experiência emocional «não se pode conceber (...) isolada de uma relação», pois a experiência emocional constitui-se como um elemento Beta (como coisa em si indecifrável), inapropriado para ser sonhado e desta forma metabolizado como pensamento e depois como memória.

A experiência emocional expressa-se através da protosensorialidade e das proto-emoções (Ferro, 2015a, 2015b, 2017) que esperam/“anseiam” transformação (Bion, 1991) e sentido integrativo para o que se encontra disperso na ação (corporal e/ou verbal).

Marra (2016, p. 4) considera que a «experiência emocional é um invariante nas teorias psicanalíticas, mas em Bion é conceito central e organizador do desenvolvimento humano», ou seja, é partindo da experiência emocional e da sua transformação em conteúdos narrativos, míticos e oníricos (Bion, 1991) diurnos e noturnos que o sujeito se vai humanizando e se tornando único no

seu jeito e nas suas formas de expressão e de relação.

Esta humanização do sujeito, ou seja, esta sua construção como ser único envolve processos continuados de significação que têm na base a relação estreita e assimétrica com as figuras cuidadoras, desde o início da existência (pré-natal), envolvendo uma comunicação dual (bioquímica, fantasmática e relacional) que vai entretecendo sentidos e sentimentos primordiais (Damásio, 2010) numa área de encontro e de transformação (Pinto, 2016), dando origem ao emergir de um Eu nuclear, a partir do proto Eu, que levará, quando bem-sucedido, à construção do Eu autobiográfico através da expansão crescente de ligações neurais (com sede original no tronco cerebral) e de interações que se (co) constroem entre si. A construção do Eu faz-se, no entender de Damásio (2010, p. 41-42), por passos:

«(...) o primeiro passo é a criação de sentimentos primordiais, os sentimentos elementares da existência que surgem espontaneamente a partir do proto-eu. Segue-se o eu nuclear. Este tem a ver com a ação, especificamente com as relações entre o organismo e o objeto. O eu nuclear desenvolve-se numa sequência de imagens que descrevem um objeto a interagir como proto-eu e a modificá-lo incluindo os sentimentos primordiais. Por fim temos o eu autobiográfico. O eu é aí definido em termos de conhecimento biográfico ligado ao passado bem como ao futuro antecipado».

Por seu lado, Ferro (2017) considera que o elemento fundamental para a transformação da proto-sensorialidade e das proto-emoções seria a *rêverie*¹, onde o pictograma emergente daria lugar, depois de elaborado em narração, à expansão da mente, (co) construída na relação. «Rêverie é o conceito chave que destaca e ilumina a relação de objeto ao mesmo tempo em que é o nome de um verdadeiro mistério e um desafio à nossa compreensão» (Lisondo, 2010, p. 68).

A inexistência duma relação tendente ao conhecimento e a não transformação

¹ A simbolização e o trabalho do sonho permitem a memória. Graças ao sonho, é possível criar os pictogramas que permitem dar figurabilidade e metabolizar as experiências emocionais (Lisondo, 2010, p. 68).

da proto-sensorialidade e das proto-emoções remete o sujeito para uma paleta de defesas que o protejam das ameaças e salvaguardem na sua integridade pessoal ameaçada (Pinto, 2013; Pinto & Queirós, 2013), impedindo um auto conhecimento mais profícuo, profundo e integrado de si, sediando no corpo o seu modo expressivo (somatizando, agindo e/ou deprimindo).

A MOTILIDADE OU O CORPO EXPRESSIVO

O corpo e a ação motora são elementos primordiais do ser humano, pois assumem-se como elementos expressivos acerca de si, do seu sentir, acerca do que o rodeia e que: 1) ainda não integra como narração², ou 2) como elemento de síntese numa integração mental dos conteúdos dispersos ao nível sensório motor. Os primeiros apresentam-se como sinalizadores das angústias sentidas face às ameaças (internas e/ou externas), sejam elas um desconforto interno, uma alteração entre os pais ou uma não resposta reiterada às suas necessidades. Qualquer delas pode remeter o sujeito para uma resposta corporal onde a dispersão parece apresentar o nível de não integração³.

A não integração parece mobilizar defesas precoces que, ao serem colocadas no campo relacional, podem aparecer mais ou menos bizarras aos olhos dos outros e tremendamente ameaçadoras para a integridade do eu do sujeito. A onipotência que esconde a brutal vulnerabilidade, a negação que impede a construção do eu a montante, a clivagem que impermeabiliza o acesso ao Eu total ou a hipérbole «em que o afeto é expelido violentamente e perdido “no espaço”» (Ferro, 2017, p. 43) podem revelar-se como escapatórias numa ausência contentora e transformadora das experiências emocionais, num lugar interno onde o indivíduo sozinho ainda não existe (Winnicott, 1983).

Os arranjos deste Eu em risco de constituição, impelem o sujeito para

2 Antonino Ferro considera que, em contexto psicoterapêutico, a «narração nasce como a soma ou produto de vários sonhos (rêveries) que emergem das sessões» (Ferro, 2015b, p.7) e que possibilita no *après-coups* «o reabitar o mundo interno e até mesmo a história, transformando-a a *posteriori*». (Ferro, A. 2009, p. 91).

3 Winnicott (1983, p. 80) considera que «a maturidade completa do indivíduo não é possível no ambiente social imaturo ou doente».

uma deriva que o afasta de si e dos outros, pois as suas tentativas de busca de transformação tornam-se elas mesmas distantes duma acessibilidade comunicacional, obrigando o interlocutor a perscrutar a identificação projetiva muitas vezes massiva do indivíduo, fazendo uso, quer da transferência dos conteúdos distorcidos quer da sua própria contratransferência, ao eco dos conteúdos na sua mente e ao modo como esse conjunto de impressões se pode transformar em narração, capaz de dar sentido ao que foi expelido e até aí nunca transformado na mente do sujeito. Este trabalho de filigrana obriga a uma capacidade de *rêverie*⁴ dos conteúdos expelidos, que podem mesmo já não esperar qualquer transformação, deixando o sujeito entregue a uma dispersão dos limites do Eu mais ou menos evidente na desintegração dos conteúdos comunicados e no *acting*, onde a motilidade se assume como um pesadelo repetitivo do seu sofrimento.

A MOTILIDADE E A CONSTRUÇÃO DO EU

O conceito de limite e a construção do dentro/fora, do que separa sujeito e objeto é uma construção paulatina, onde o encontro diádico assume um papel determinante na constituição do Eu. O conceito de limite pode ser entendido numa perspectiva individual e noutra familiar. Percebemos, por isso, que o conceito tem contextos diversos e que, segundo eles, ganha significações e sentidos mais ou menos profícuos.

O conceito de limite individual propõe-nos uma deriva pela construção dos limites do eu e das suas funções incontornáveis na construção da moral (Freud, 1923/1989) e da ação que cada sujeito imprime sobre si ou sobre o real circundante.

Os limites do eu constroem-se, a par e passo, na relação diádica com a figura cuidadora que contém e dá sentidos aos seus comportamentos. Se no início a pulsão, entidade de fronteira entre o físico e o mental (Green, 2008), governa o sujeito e o seu comportamento se orienta para a descarga dos acúmulos

4 Antonino Ferro considera «a atividade de *rêverie* na sessão (ou seja, o aflorar de imagens na mente do analista ligadas ao que acontece na relação analítica), como facto central e essencial do desenvolvimento da análise» (Ferro, 2009, p.90).

de energia (Freud, 1911/1989) e para a procura de tudo o que dá prazer e/ou diminui o desprazer, percebe-se também que as figuras cuidadoras, ao darem significação e sentido aos seus comportamentos, permitem que este vá construindo um significado acerca de si e do mundo e vá substituindo este processo primitivo de descarga por outra modalidade onde a relação e o significado ganham forma, onde o não da interdição permite o sim da exploração regrada e contida no/do contexto.

No conceito de limite familiar, a moral (o bem e o mal) e a regra ganham então contorno e substância, por via duma função executiva parental, que ajuda a criança a construir um sentimento de referência e de pertença (Minuchin, 1979). Os limites familiares mais não são que regras com permissões, interdições e sentidos de ação que balizam a descoberta da criança. Os limites claros protegem e ajudam a transformar a impulsividade grotesca que perturba bebé/criança e que invade a relação com os outros. Pretendo dizer com isto que a impulsividade, salvo aspetos ligados a doença constitucionais (por ex. doenças autossómicas), revela desencontro, descuido, negligência ou impreparação na função executiva parental, isto é, incapacidade para conter e transformar as experiências emocionais em conteúdos capazes de ser sonhados, narrados e/ou transformados em conteúdos míticos passíveis de alfabetização (Ferro, 2009, 2015b, 2017; Dias, 2010; Pinto, 2016) e de expansão mental. Este desencontro parece ter na base a não coincidência entre a culpabilidade e o jogo do desejo/não desejo pelo bebé imaginado e a aceitação do bebé real que nem sempre coincidem ou a “inabilidade parental” para a sua função contentora e transformativa das experiências emocionais do/bebé/da criança. Este desencontro diádico perturba a regra e a função executiva e pode deixar e/ou devolver a criança à impulsividade sem limite ou até mesmo ao jogo fantasmático transgeracional (Eiguer, 2005), onde a delegação de papéis tem como moeda de troca uma maior indulgência da regra, vista muitas vezes na repreensão com um sorriso na boca, num deixa andar abandonante, ou mesmo num punir sem sentido por parte das figuras cuidadoras, por incapacidade de compreender e transformar a angústia colocada em ação na motilidade. Essa comunicação paradoxal deixa a criança entregue a si, quando a sua necessidade solicitava a transformação pela significação dos conteúdos agidos. O meio ambiente necessitava de clareza no estabelecimento das permissões e dos interditos sem comprometer a autonomia e a individualidade de quem está a desenvolver-se e a conquistar

competências.

A AUTONOMIA E A INDIVIDUALIDADE

A criança em desenvolvimento conta, desde o período fetal, com uma autonomia (Rosa, 2010; Sá, 2010) que se manifesta nesta fase em ritmos próprios e diferentes da mãe. A autonomia na vida extrauterina adequa-se, passo a passo, à maturação orgânica e à qualidade da relação diádica estabelecida. Uma criança de 12 meses não pode ser um maratonista, mas pode revelar a sua autonomia no desejo de explorar, na procura do novo que vislumbra e até nos desafios e riscos a que se propõe na sua busca de sentidos para si e para o mundo que a rodeia, tendo por base o porto seguro do cuidador. A tarefa essencial da família é, então dúplice: 1) conter e transformar as experiências emocionais, permitindo que estas se organizem como memória (afetiva, cognitiva e relacional) e 2) mediar esta tendência afirmativa da criança que procura a confirmação dos outros com limites claros, com rigor e com bondade.

Assim, a família desempenha uma dupla função:

1. Limita a impulsividade da criança na sua demanda exploratória,
2. Atribui significado aos comportamentos da criança.

A clareza da função parental limita e transforma a impulsividade ao transformar e dar sentido aos ímpetos da criança. Esta função introduz limites à criança, contrapondo segurança e significação. Se, por exemplo, a criança brinca e depois arruma os seus brinquedos, esta atividade tem implícita uma função parental, seja esta por intervenção direta seja pela existência de um ambiente organizado. Numa ou noutra leitura existe claramente esta função parental que sonha, orienta e dá sentido e ordem, que introduz significação na experiência emocional - como elemento central de ordenação -, balizando e transformando a área de funcionalidade da criança. Ao estabelecer sentidos, reforça a sua área de liberdade autonómica ou, no outro dizer, ao dar-lhe sentido para as suas experiências emocionais dá-lhe a

oportunidade dela poder sentir-se capaz de inovar e ensaiar, num movimento confirmatório crescente de si e das suas competências, tendo como pano de fundo figuras parentais capazes de conter e transformar as angústias e ameaças emergentes que possam comprometer o processo expansivo do Eu (consciente e inconsciente).

A experiência emocional apela por uma *rêverie* capaz de sonhar, momento a momento, a identificação projetiva do sujeito, acolhendo-a e transformando-a no seu sentido mais primordial e profundo. Os movimentos de transferência/contratransferência tornam-se indissociáveis no processo de transformação e significação como elemento compreensivo da concordância ou dissonância da fala (verbal, corporal, fantasmática).

ILUSTRAÇÕES CLÍNICAS

ILUSTRAÇÃO 1

Bernardo⁵ tinha 5 anos e foi enviado pelo médico de família para opinar acerca duma hiperatividade da criança. Marquei hora para o atender e, enquanto terminava a consulta anterior, a criança chega com os pais, antes da hora marcada. O silêncio que reinava deu lugar a um reboliço que lembrava um dia de ventania outonal. Nada parava. A voz dos pais alternava entre a autoridade e o desespero. De repente, o silêncio voltou. Soube mais tarde que fora o pai que o levava para a rua.

Ao entrar na sala, a criança observa tudo avidamente e o pai, qual ave agourenta, debruçava-se sobre ele dizendo “está quedo, está quedo...” enquanto a criança tentava escapar-se daquela ave de mau agouro. Sentia-se a tensão e o embaraço no ar. Bernardo fazia um crescendo de exigências e estava cada vez mais “senhor da situação”. A mãe dizia impotente e de braços caídos: “É sempre assim, é sempre assim”. Exige bolachas e, com protestos infrutíferos

5 Todos os nomes apresentados no texto são fictícios.

da mãe, volta a “ganhar”. O ar triunfal salta-lhe do rosto brilhante. De repente descobre a minha mochila e tenta vasculhá-la. Digo-lhe que aquilo é meu e que ele não pode mexer. “Ai mexo, mexo!...”, diz convicto. Volto a dizer-lhe em tom pausado que ele não pode mexer. Num impulso tira uma lapiseira que estava na bolsa lateral. Digo-lhe que volte a pô-lo lá. Desata a correr para uma extremidade da sala e começa a ameaçar-me com o arremesso da lapiseira. Mantenho o olhar orientado para ele. O tempo vai passando e, entretanto, começa a alternar desafio e desistência. De repente poisa a lapiseira no chão e observa-me. Fica hesitante, mas receosamente traz a lapiseira e eu ao recebê-la digo-lhe: “Esta que está aqui também queria passear, pois ficou com ciúmes, tu queres levá-la a passear?!”. Ele sorri e aceita o convite. Começa a falar comigo, deixando o desafio e tornando-se afável na relação. Brinca comigo ao “passeio das canetas”, revelando-se mais curioso com o que estava na sala. Depois procura o cesto dos brinquedos e começa a brincar sozinho com carros e bonecos numa espécie de reprodução da cena anteriormente vivida. No fim da consulta a criança pergunta-me alegremente quando vinha cá brincar outra vez.

A ilustração 1 coloca à partida uma questão acerca da experiência emocional e do seu destino. Como se poderia trabalhar a impulsividade desta criança e a impotência parental expressa no “é sempre assim, é sempre assim” e na ave de mau agouro do pai “está quedo, está quedo...”. A criança era fruto desta impotência dupla da função parental. A ausência de contenção e de transformação da impulsividade deixou-a entregue a ela mesma, abandonada aos seus medos e às suas angústias reveladas na sessão após o desafio. A hiperatividade após contenção e transformação em jogo (Ferro, 2017) abriram o campo a uma criança cooperante, capaz de aderir ao jogo, ao símbolo. O sonho de ser satisfeito na sua necessidade – ser acolhido – transformou a criança, podendo com os mesmos elementos, iniciar um jogo simbólico onde antes só estava impulsividade, desafio e desalinho. Os pais “pré-ocupavam-se” com o filho mal comportado, mas não discerniam a sua necessidade nem transformavam e davam sentido à sua experiência emocional, à sua motilidade desafiadora. Como refere Ferro (2017), a capacidade negativa pode assumir-se como um precursor da *rêverie* que permitiu interpor jogo no caos existente, depois de conter e transformar o híper-conteúdo sem qualquer continente, presente na motilidade defensiva da criança, que parecia esconder uma ameaça de desintegração do eu.

Ao introduzirmos a função contentora e a transformação em jogo à impulsividade da criança, construímos um espaço claro onde a criança pôde ensaiar-se e ser, isto é, (co)construímos sentidos onde anteriormente predominava a experiência emocional, dando lugar à notação e, deste modo, a outra modalidade de relação mais criativa e menos desafiadora. O reconhecimento, pela *rêverie* terapêutica, tornou possível a atividade simbólica onde o jogo desvelou a criatividade da criança e até a sua autonomia – brincar sozinho na presença dos restantes –, tendo esta modalidade de relação dado lugar à descoberta, sem desafio e ameaça da e para a criança.

A para-excitação de Bernardo foi determinante para que ele pudesse ser criativo e deixasse um deambular incerto, perdido e ávido que antes revelara. A capacidade negativa (Ferro, 2017) do terapeuta foi o elemento base capaz de sustentar o dia de vendaval, de introduzir a capacidade de *rêverie* facilitadora da instalação duma área simbólica de comunicação, de recolocar em marcha o Eu nuclear (Damásio, 2010) em expansão e a caminho de um Eu autobiográfico (*idem*).

ILUSTRAÇÃO 2

Maria vive numa relação há anos e descreve-a como um lugar seguro e de partilha onde se pressente um movimento simbiótico do casal. Quando a dúvida se instala, aparece o controlo e o temor acerca do paradeiro do companheiro. O temor de poder não ter um lugar, dentro dele, para ela emerge e transtorna-a. O nascimento duma filha desenlaça o temor. Teme poder fazer mal à filha e estar a enlouquecer e recorre à psicoterapia. O não lugar materno começa a desenhar-se, revelando uma pessoa insegura e sem lugar seguro. A relação com a mãe é muito atribulada, atualmente, por esta ser muito pouco controlada nos negócios e isso ter consequências familiares. O aleatório e o temor de desamparo associados revelam-se o padrão de relação “esperado” na relação com a mãe e agora vertidos na relação com o companheiro.

Emerge, então, o desamparo que sempre sentiu e que foi empurrando com uma hiperocupação desportiva durante a infância e a adolescência.

A perturbação no casal, a desconfiança de ser trocada e abandonada, a par do surgimento de um bebé tornaram o não lugar como uma situação sem escapatória que descompensa Maria.

A contenção e a transformação dos seus conteúdos incontidos (Ferro, 2017) em memórias significativas permitem uma expansão e abertura da mente desta paciente. Onde chegou a reinar um sentimento de caos e de catástrofe foram-se instalando sentidos novos para a experiência emocional da maternidade. A sua filiação contida e transformada permitiu uma maternidade mais envolvida e gratificante. A capacidade negativa do terapeuta e a *rêverie* que facilitou integrar as falas e as suas *décalages* possibilitou harmonizar inconsciente e ação na vigília numa crescente harmonização. A transformação e a significação (co)construída na psicoterapia vão permitindo repensar e restaurar uma área de confiança profundamente abalada na relação de casal que, por sua vez, era já uma situação compensatória na vida desta mulher.

ILUSTRAÇÃO 3

Gustavo é um jovem adulto que vem para psicoterapia por ter grandes dificuldades de relação com o outro. Tem formação superior e é um homem cuidado. Da sua história ressaltam problemas ao nascer com uma intervenção cirúrgica que levou a um afastamento da relação direta com a mãe durante vários dias. Entre eles existe uma relação tensa onde, com frequência, existem atritos e discussões. Quando chegou à consulta sentia-se perdido e incapaz de se dar a/com alguém, questionando-se mesmo sobre “o que é isso de me dar”. No processo psicoterapêutico foi falando das suas dúvidas e das suas zangas e ressentimentos com tudo e com todos. A sedução inicial no contacto, rapidamente evoluía para alguns episódios de raiva sempre que a proximidade aumentava.

A certa altura foi ficando claro que ele na sua “loucura privada” (Green, 1999, 2008) mantinha uma masturbação compulsiva que chegava a acontecer, no dizer do próprio, quatro a cinco vezes por dia.

Recentemente, liga-me muito choroso porque lhe doía muito o mal que

fazia às pessoas de quem gosta e me diz que vomitou após ter comido perca porque não conseguia digeri-la. No dia seguinte, na consulta, entrega-me um texto por si escrito que ele intitula de “Relação masturbação compulsiva/julgamento”, onde relata:

«Sinto que descobri a origem destes dois problemas e sinto que estão interligados. Porque julgo eu as pessoas que amo? A pior época da minha vida foi no liceu. Os meus pais estiveram para se separar e todos os dias lidava com isto: Uma turma horrível, poucos ou nenhuns amigos, a minha mãe longe, o meu irmão longe, e o meu pai todos os dias a desabafar a sua frustração. Por um lado desabafava com um amigo que eu não suporto, por outro lado falava sempre o mesmo “as mulheres são todas umas p...”, “não confies em ninguém”, “vais-te magoar com isso”, “ a sociedade é uma merda”, etc...

Custava-me muito passar por aquilo, mas vendo hoje as coisas, o que me custava mais era estar sozinho em tudo aquilo. Não ter ninguém com quem desabafar, com quem partilhar. Não ter ninguém que me ajudasse, que me apoiasse, mas também e acima de tudo, que me amasse como amigo, e não só. É uma fase crucial na vida na qual criamos relações mais íntimas. E eu não tive, NADA!!!

Por outro lado, as garotas interessavam-se por quem não merecia. Tipos que não queriam saber delas, enquanto eu estava ali, desamparado. Lembro-me que foi na idade adulta que comecei a masturbar-me compulsivamente, precisamente para tapar isso. Esse desamparo, essa dor, essa solidão, essa tristeza, esse abandono.

Agora entendo que, quando sinto isso, me toco compulsivamente. Foi uma forma que criei para combater esse sentimento. A falta de amor alheio, a rejeição das mulheres, o sentir-me indesejado até pela minha mãe, levava a fazê-lo. Era uma forma de aliviar essa solidão e esse abandono.

Por outro lado, o julgamento, a vulgarização e a rejeição das

mulheres que amo. Dando o exemplo da minha namorada atual. Ela perdeu a virgindade com 19 anos com um tipo mais velho, que ela sabia que namorava, que não queria saber dela para nada.

No mesmo período, eu sentia a solidão e o desamparo, isto já na Faculdade.

Por outro lado lembro-me da minha primeira namorada que até perdeu a virgindade comigo. Ela namorou aos 16/17 anos com um tipo que era um idiota que, com a mesma idade que ela, ainda andava no 10º ano.

Durante esse período eu fui infeliz, enquanto que as duas mulheres que amo/amei se envolveram com tipos que não as mereciam. No fundo eu precisava mais delas nessa altura que esses gajos. E porque merda é que só apareceram depois na minha vida? Quando eu já estou bem é que aparecem? Quando eu estava na merda cagaram para mim e meteram-se com gajos vulgares. Eu sei o que valho, o que sou, e nessa altura não me apoiaram, preferiram esses f.d.p. o que vêm fazer agora aqui?! Dizer que me amam quando na altura em que mais precisava nem se lembraram de mim??? Vão-se f_der suas cabras!!! Agora não preciso de vocês para nada!!!

Até com a outra com quem andei enrolado isso aconteceu, mas em menor escala. Primeiro porque não gostei assim tanto dela. Depois senti esse abandono numa outra altura da vida, menos difícil. Foi na altura em que estive quase dois anos (2012-2013) sem me envolver com ninguém.

Por fim o meu envolvimento com a Maria. Ela foi abusada quando criança por um primo. Foi uma menina que criou traumas em relação ao homem. É verdade que é lésbica mas já o era antes. Decidiu usar o seu medo para o bem, ou seja, protegendo as crianças dos violadores. Pode adorar crianças pelas razões menos ortodoxas, mas adora e eu continuo a adorá-la por isso. É uma pessoa que sei que não gosta de mim como eu

gostaria pelas razões já mencionadas. Mas sei que gosta de mim e quer que eu seja feliz. E eu, no fundo, desejo o mesmo para ela.

Concluindo, sinto que foi o grande amor da minha vida e nunca vou deixar de gostar dela.

Acho que compreendi os medos dela, o pensamento dela, tolero isso. E na minha opinião: ELA PRECISOU DE MAIS AJUDA QUE EU NA PIOR FASE DA VIDA DELA. Eu ajudei-a embora fora de tempo, e estou feliz por isso» (documento entregue na sessão de 29/04/17).

Na sessão relata uma discussão com a sua namorada ausente no estrangeiro, onde a acusa e chega a insultar, temendo depois tê-la perdido com o que lhe disse. Segue-se então o episódio do vômito “da perca não digerida”. Relata ter sentido uma acalmia depois de ter escrito o documento e desde aí não mais ter tido necessidade de se tocar.

O documento do paciente e a narrativa da sessão desnudam a experiência emocional do paciente, onde os seus conteúdos nunca puderam ser contidos e transformados por uma figura cuidadora, pois como ele relata «Custava-me muito passar por aquilo, mas vendo hoje as coisas, o que me custava mais era estar sozinho em tudo aquilo. Não ter ninguém com quem desabafar, com quem partilhar. Não ter ninguém que me ajudasse, que me apoiasse, mas também e acima de tudo, que me amasse como amigo, e não só. É uma fase crucial na vida na qual criamos relações mais íntimas. E eu não tive, NADA!!!». O desentendimento dos pais parece reinstalar um sentimento de desamor (materno) e de toxicidade (paterna) que o deixam num campo estranho, disperso onde só o retorno ao corpo e ao uso defensivo da onnipotência que o protegia da vulnerabilidade, dispensando o outro, por via do seu autoerotismo, da sua “loucura privada” (Green, 1990, 2008), que lhe permitia, por um lado suportar, desprezando a necessidade do outro, e dar-lhe um sentido de controlo do que sentia fora de qualquer alçada.

A psicoterapia consegue ajudá-lo a abrir-se ao outro, mas o despeito, o desprezo e o ressentimento que sentia com o feminino, com os equivalentes maternos, faziam-no compulsivamente destruir tudo aquilo que amava (Bion, 1991b), exceto quando se identificava na dor.

O processo psicoterapêutico promoveu a abertura e a possibilidade de um processo de notação onde ainda predominam as experiências emocionais. Ao ser interpretada a não “digeribilidade da perda” ou a perspectiva de perda da relação, sossegou o paciente e fê-lo associar que «o passado acaba por massacrar-me o presente e eu castigo as mulheres pelas falhas anteriores de outros».

A introdução desta temporalidade parece ter rompido a impermeabilidade enquistada da zanga, do ressentimento e do acerto de contas pelo abandono sentido. Restaurar a (intra e inter) história pode ter um alcance expansivo na mente do paciente e fazer aproximar as falas do corpo que nega a perda, da relação que nega a dor e do inconsciente que nega o abandono materno forçado ao nascer. No aqui e agora, o paciente poderá ir entretecendo a zanga e o ressentimento derivado do abandono na relação terapêutica, onde a capacidade negativa e a rêverie poderão ir dando sentido a uma história amalgamada no corpo e nos atos.

CONCLUSÕES

Podemos concluir que as falas do corpo e a sua desarmonia, devida às falhas na função continente, parecem ter como consequência paletas diversas de expressões como a hiperatividade, a depressão puerperal ou mesmo a masturbação ou os *actings* destrutivos na relação com o outro. As falhas nas funções cuidadoras parecem amalgamar a dimensão histórica do sujeito, confundindo-se passado e presente e hipotecando-se o futuro numa compulsividade sem transformação a menos que, por via do trabalho psicoterapêutico, se possa transformar as experiências emocionais em jogo, como na primeira ilustração, em conteúdo narrativo e onírico (diurno e noturno) como aconteceu nas ilustrações restantes.

A expansão da mente apela a uma função continente onde a transferência/contratransferência se apresentam inseparáveis, possibilitando novos sentidos e significações para as experiências emocionais (coisas em si) necessitadas de encontro e de transformação.

REFERÊNCIAS

- Bion, W. (1966a). *O Aprender com a Experiência*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.
- Bion, W. (1966b). *Elementos de Psicanálise*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.
- Bion, W. (1991). *As Transformações: Mudança do aprender para o crescer*. Rio de Janeiro, Brasil: Imago.
- Bion, W. (1991b). *Atenção e Interpretação, o acesso científico à intuição em Psicanálise e grupos*. Rio de Janeiro, Brasil: Imago.
- Bion, W. (1991c). Diferenciação Entre A Personalidade Psicótica e a Personalidade não Psicótica. In Spillius, E. (Org.), *Mélanie Klein Hoje*. Vol. I. Rio de Janeiro, Brasil: Imago
- Dias, A. (2010). *Teoria das transformações*. Coimbra, Portugal: Almedina.
- Eiguer, A. (2005). La part maudite de l'héritage. In Eiguer, A. (Org.), *Le generationnel, approche en thérapie familiale psychanalytique*. Paris : Dunod.
- Ferro, A. (2009). Transformações em sonho e personagens no campo analítico. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 43(2), 89-107. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So486-641X2009000200010&lng=pt&lng=.
- Ferro, A. (2015a). *Torments of the soul, Psychoanalytic transformations in dreaming and narration*. New York, U.S.A.: Routledge.
- Ferro, A. (2015b). *Reveries: an uneffected mind*. London: Karnac Books Ltd.
- Ferro, A. (2017). *As vísceras da mente: silabário emocional e narrações*. Lisboa, Portugal: Coisas de ler.
- Freud, S. (1911/1989). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. *Edição standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 19). Rio de Janeiro, Brasil: Imago
- Freud, S. (1923/1989). *O Ego e o Id*. *Edição standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 19). Rio de Janeiro, Brasil: Imago.

- Green, A. (1990). *La folie privée*. Paris, França: Gallimard.
- Green, A. (2008). Genèse et situation des états limites. In Jacques, A. (Org.), *Les états Limites*. Paris, França: P.U.F.
- Lisondo, A. (2010). Rêverie re-visitado. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 44(4), 67-84. Recuperado em 24 de abril de 2017, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So486-
- Lisondo, A. (2016). As experiências emocionais nas diferentes transformações e o contacto com a realidade. In Rezze, C., Petriccianni, M., Marra, E. (Org.), *Afinal, o que é experiência emocional em psicanálise?* São Paulo: Primavera.
- Minuchin, S. (1979). *Familles en thérapie*. Paris: Delarge.
- Morgan-Jones, R (2009). The body speaks: Bion's protomental system at work. *Journal compilation*, BAP and Blackwell Publishing: 456-476.
- Pinto, J. (2013). Adolescentes: Saúde e doença. In Pinto, J. (2013) [Coord.]. *Psicologia em contextos de Saúde: Da compreensão à intervenção*. Coimbra, Portugal: UICISA: E e ESEnfC.
- Pinto, J. & Queirós, P. (2013). O internamento e a regressão temporal. In Pinto, J. (2013) [Coord.]. *Psicologia em contextos de Saúde: Da compreensão à intervenção*. Coimbra, Portugal: UICISA: E e ESEnfC.
- Pinto, J. (2016). A expansão da mente: estrutura, (dis)funcionamento e função psicanalítica. In Pinto, J. (Coord.), *Um olhar psicodinâmico e outros olhares*. Coimbra, Portugal: UICISA:E e ESEnfC: 8-17.
- Rezze, C, Petriccianni, M., Marra, E. (2016). *Afinal, o que é experiência emocional em psicanálise?* São Paulo: Primavera Editorial.
- Rosa, C. (2010). Do bebé sonhado ao bebé real: uma construção pessoal. *Se... Não*, 1, Julho/Dezembro, 67-72.
- Roussillon, R. (2009). Une aventure de pensée. In Ouss, L., et al. (Org), *Vers une Psychanalyse?* Paris: Odile Jacob.
- Sá, E. (2010). *Esboço para uma nova Psicanálise*. Coimbra: Almedina

Winnicott, D. (2000). *Da pediatria à psicanálise: Textos selecionados*. Rio de Janeiro, Brasil: Imago.

TITLE

Emotional experience and transformational process in psychotherapy

ABSTRACT

Emotional experience is the basis of our human functioning, allowing its transformation to rehearse and develop senses and meanings for the feelings and primordial feelings that exist in dispersion in the individual. We intend to analyze the concepts of emotional experience and some modalities of transformation, presenting clinical vignettes that help to illustrate how the concepts are articulated and their fate in the psychotherapeutic processes. Transformation introduces a process of mind expansion that helps to achieve greater self-knowledge of the patient.

Key Words: Emotional experience; Transformations; Analytical psychotherapy

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

ÂMBITO EDITORIAL

A «Revista Portuguesa de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica» publica artigos originais do campo disciplinar, científico e praxiológico (clínica e aplicação) da Psicanálise e da Psicoterapia Psicanalítica e textos que expressem a rica diversidade de interfaces entre estes domínios e os outros ramos da cultura, da ciência e da arte.

POLITICA EDITORIAL

A AP está empenhada em assegurar a ética na publicação e qualidade dos artigos. Como tal, é esperado que todas as partes envolvidas – autores, editores, revisores e editora – sigam os padrões de comportamento ético definidos internacionalmente.

Os autores devem garantir que o seu trabalho é inteiramente original e, se utilizados trabalhos ou excertos de outros trabalhos já publicados, esse facto deverá ser declarado. A prática de plágio, em qualquer das suas formas, constitui um comportamento anti-ético de publicação e é inaceitável. O

autor correspondente deve garantir que existe um consenso pleno de todos os co-autores na aprovação da versão final do documento e na sua submissão para publicação.

Os editores comprometem-se a avaliar os manuscritos exclusivamente com base na sua mais-valia académica e científica. Um editor não deve usar informações não publicadas nos seus próprios trabalhos, sem o expreso consentimento por escrito do autor.

Os revisores comprometem-se a tratar quaisquer trabalhos recebidos para avaliação como documentos confidenciais. Informação privilegiada ou ideias obtidas através de revisão por pares devem ser mantidas em sigilo e não devem ser utilizadas para proveito pessoal. Os comentários ou correções serão conduzidos de forma objetiva e as observações formuladas serão claras e devidamente argumentadas, para que os autores possam usá-los para melhorar o artigo.

Regemo-nos por um sistema de arbitragem anónima por avaliadores externos (referees), através de um procedimento de Double Blind (duplamente cego): neste processo os intervenientes (autores, revisores e gestores de artigo) são tornados anónimos. O artigo é enviado para dois (ou mais) Pares Revisores, que o examinam e arbitram sobre a sua qualidade. O editor enviará ao autor informação sobre a eventual aceitação para publicação; reformulação e submissão para nova avaliação por pares; ou não aceitação. No caso de reformulação, os autores receberão os pareceres e recomendações dos Pares Revisores e deverão proceder às alterações recomendadas.

Os autores autorizam a AP a guardar a informação relacionada com o artigo (textos e dados de identificação dos autores). Estes dados podem ser apagados mediante solicitação do autor(es) por email enviado à revista.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

– Todos os artigos apresentados à Revista Portuguesa de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica deverão ter um Título, um Resumo, a descrição

dos Autores, um corpo de texto e Referências Bibliográficas. O artigo terá que ter Título e Resumo em português e em inglês.

– Os resumos deverão ter entre 150 e 200 palavras e deverão ser seguidos de quatro a seis palavras-chave.

– Os autores (num máximo de seis), devem ser identificados com o nome, instituição(s) onde exercem, funções e os contactos (morada, e-mail e telefone).

– Os artigos não deverão ultrapassar as 15 páginas (salvo algumas exceções), já incluindo referências, notas, tabelas, e figuras. Os últimos três elementos deverão ser evitados, exceto quando forem indispensáveis para a compreensão do texto.

– Só são aceites notas de rodapé na primeira página do artigo relativas ao título e à identificação do autor.

– Todas as outras notas, devem ser apresentadas apenas quando forem consideradas essenciais.

– As fotografias, figuras, esquemas e gráficos devem ter um título e ser enumeradas por ordem de inclusão no texto.

ORGANIZAÇÃO FORMAL DOS ARTIGOS

Primeira página

1. O título do artigo, que deverá ser conciso;
2. O nome do autor ou autores (devem usar-se apenas dois ou três nomes por autor);
3. O grau, título ou títulos profissionais e/ou académicos do autor ou autores;
4. O serviço, departamento ou instituição onde trabalha(m).

Segunda página

1. O nome, telefone, endereço de correio eletrónico e endereço postal do autor responsável pela correspondência com a revista acerca do artigo;
2. O nome, endereço de correio eletrónico e endereço postal do autor a quem deve ser dirigida a correspondência sobre o artigo após a sua publicação na revista.

Terceira página

1. Título do artigo nas línguas necessárias (Português/Inglês);
2. Resumo do artigo nas línguas necessárias;
3. Quatro a seis palavras-chave nas línguas necessárias;

Páginas seguintes

As páginas seguintes incluirão o texto do artigo, devendo cada uma das secções em que este se subdivide começar no início de uma página.

TRATAMENTO EDITORIAL

Os textos recebidos são submetidos a um processo de validação administrativa. Os textos que estejam de acordo com as normas são identificados por um número. Será considerada como data de receção do artigo o último dia de receção da versão eletrónica do artigo e dos anexos necessários. Os artigos aceites serão distribuídos a um editor responsável, que fará uma apreciação sumária e apresentará o artigo em reunião dos Co-Editores.

Os artigos que estejam de acordo com as normas e que se enquadrem na missão da revista entrarão num processo de revisão por pares. Aos revisores será pedida a apreciação crítica de artigos submetidos para publicação.

Essa avaliação incluirá as seguintes áreas: atualidade, fiabilidade científica, importância clínica e interesse para publicação do texto. De forma a garantir a isenção e imparcialidade na avaliação, os artigos serão enviados aos revisores sem a identificação dos respetivos autores e cada artigo será apreciado por dois. Caso exista divergência de apreciação entre revisores, os editores poderão convidar um terceiro revisor. A decisão final sobre a publicação será tomada pelo editor chefe com base nos pareceres dos revisores. As diferentes apreciações dos revisores serão integradas pelo editor responsável e comunicadas aos autores. Os autores não terão conhecimento da identidade ou afiliação dos revisores ou do editor responsável.

A decisão relativa à publicação pode ser no sentido da recusa, da publicação sem alterações ou da publicação após modificações. Neste último grupo, os artigos, após a realização das modificações propostas, serão reapreciados pelos revisores originais do artigo. Desta reapreciação resultará uma apreciação final por parte do editor responsável e a decisão de recusa ou de publicação, da qual os autores serão informados.

REGRAS DE CITAÇÃO E DE REFERENCIAÇÃO

As regras de citação e de referenciação devem ser elaboradas de acordo com as normas sugeridas pela A.P.A. (American Psychological Association).

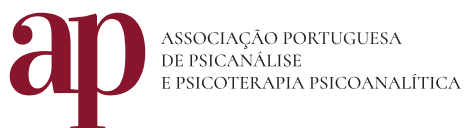
CORRESPONDÊNCIA EDITORIAL E SUBMISSÃO DE TEXTOS

Revista de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica “Se..., Não...”

Largo do Andaluz, n. 15, 2-Esq

1050-004 Lisboa

Tel.: 913 906 073 * revista.psicanalise.ap@gmail.com



Órgão oficial da Associação Portuguesa de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica (AP)

Email: ap.psicanalise@gmail.com

Site: www.apppp.pt

Tm: 913906073

Largo do Andaluz 15 - 2º Esq. 1050-004 Lisboa